

Personalidade Acadêmica Homenageada:**André Meira** (Presidente do ISM – Instituto Silvio Meira)

GOVERNANÇA PÚBLICA E COMPRAS GOVERNAMENTAIS: MECANISMO DE COMBATE À FORMAÇÃO DE CARTÉIS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

ALEXANDER HAERING G. TEIXEIRA

Integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica - PCI junto ao Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba, Linha de Pesquisa: Atividade Empresarial e Constituição: Inclusão e Sustentabilidade, Título do Projeto de Pesquisa: "Direito Penal Econômico: repercussões interdisciplinares na política-criminal econômica e impactos nas categorias dogmáticas do delito e da pena" (2019). Graduado em Direito pelo Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA (2012). Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná - EMAP (2013). Especialista em Direito e Processo Penal pelo Centro Universitário UniOpet (2016). Especialista em Direito Militar pela Universidade Candido Mendes -UCAM (2018). Advogado. Assessor de apoio para assuntos jurídicos do Comando da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército. Membro da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná (biênio 2019/2021). E-mail: alexander.haering.teixeira@gmail.com

RESUMO

Esse resumo se refere aos estudos e pesquisas atinentes aos mecanismos de combate à formação de cartéis nas licitações públicas, cujo objetivo é o de oferecer uma análise crítica acerca da formação dos respectivos cartéis, bem como oferecer mecanismos que impeçam a formação dos mesmos nas modalidades de contratação com o Poder Público. Nos últimos anos têm-se verificado um aumento significativo na

Personalidade Acadêmica Homenageada:**André Meira** (Presidente do ISM – Instituto Silvio Meira)

prática de crimes de formação de cartéis em processos licitatórios, com a formação de conluio entre as empresas participantes dos processos de licitações públicas, as quais agem através de negociação prévia de preços e vantagens para obterem êxito e vencerem tais disputas. Tais práticas implicam em um aumento residual no preço final das compras realizadas e dos serviços a serem prestados ao Poder Público e à população. A metodologia empregada nos estudos e pesquisas até então levados a cabo é a crítico-reflexiva, que se opera através de revisão bibliográfica e da análise de casos concretos que se encontram jurisdicionalizados, cujos resultados até então obtidos podem ser, aqui, enumerados com a demonstração de que a utilização de boas e modernas práticas de governança pública orientam, coíbem e sancionam as empresas que objetivam frustrar o caráter competitivo nas modalidades de contratação do Poder Público com a iniciativa privada. Em contrapartida, na ausência de desenvolvimento de mecanismos de combate a esses crimes, o cidadão é – e permanecerá sendo – o maior afetado pela ocorrência desses crimes. Até o presente momento, as investigações científicas têm demonstrado que a imposição de mecanismos efetivos de governança pública tem o condão de impedir a formação de cartéis nos processos licitatórios. Por isso mesmo, é importante a veiculação científica desses dados para o aprofundamento e a troca de informações acerca dos mecanismos de combate à formação de cartéis nas licitações públicas com a comunidade científica.

PALAVRAS-CHAVE: Governança pública; Compras governamentais; Licitações; Cartéis.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Renato Campos. **Prejuízos com a corrupção no Brasil são bilionários**. Dom Total. 2017.

BRANDÃO, Bruno. **Nota do Brasil no ranking da corrupção mundial nunca foi**

Personalidade Acadêmica Homenageada:**André Meira** (Presidente do ISM – Instituto Silvio Meira)

tão ruim. Brasil despencou 17 posições e está no 96º lugar entre 180 países, segundo relatório da Transparência Internacional. Jornal Nacional G1. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/02/nota-do-brasil-no-ranking-da-corrupcao-mundial-nunca-foi-tao-ruim.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 9.920/2019.** Institui o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acesso da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9920.htm#art15. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. **Lei n. 12.846/2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional/estrangeira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. **Referencial de governança e gestão do sistema de serviços gerais – SISG.** Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão. Brasília: MP, 2017. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/SEGESReferencial-de-Governana_FINAL.PDF. Acesso em: 18 nov. 2019.

DE CASIMIRO, Ligia Maria Silva Melo. Administração pública e planejamento no estado brasileiro: qual a contribuição a ser feita pelo direito administrativo?. **Revista Juridica - UNICURITIBA**, v. 4, n. 45, p. 56-76, 2016.

FALCO, Gláucia de Paula; ASSIS, Frederico Azevedo Alvim; MUNCK, Joyce Gonçalves Altaf. **Formação de cartéis e impactos econômicos.** *Vianna Sapiens*. v. 1, n. 2, out/2010. Disponível em: <http://viannasapiens.com.br/revista/article/view/28>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas. São Paulo**, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004. Acesso em: 18 nov. 2019.

LISE, Fernanda; SOUZA, Bruno Mello; SCHWARTZ, Eda. **Etapas da construção científica:** da curiosidade acadêmica à publicação dos resultados. Pelotas: UFPel, 2018. Disponível em: <http://quaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4171/3/Etapas%20da%20constru%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

André Meira (Presidente do ISM – Instituto Silvio Meira)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. MJ participa de encontro sobre combate à corrupção e a Convenção da OCDE. 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1536847288.92>. Acesso em: 18 nov. 2019.

OCDE. Avaliação da OCDE sobre o sistema e integridade da administração pública federal brasileira. Paris, 2011. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional/convencao-da-ocde/arquivos/avaliacaointegridadebrasileiraocde.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PIERRE, Victor Hugo Lessa et al. Judicialização do orçamento brasileiro: o posicionamento do supremo tribunal federal nos últimos 20 anos. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 2, n. 47, p. 223-250, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.